

29

(doc. ____)

Sessão ordinária – 24 de abril de 2019

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

2. – Revisão do Mapa de Pessoal de 2019

Deliberação: Considerando o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar alteração ao Mapa de Pessoal de 2019, da Câmara Municipal de Abrantes**, conforme documento anexo.

Votação: *Aprovado por unanimidade.*

(Large handwritten mark, possibly a stylized 'Z' or '2')

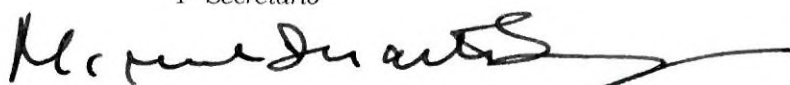
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

PP. 1/15

Atribuições/ Competências/ Actividades	Carreira	Categoria	Postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respectivas actividades (artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)												Trabalhadores ausentes por motivo de:		
			RJEPTI		RJEPTD				Comissão de serviço		CIP		Mobilidade		CIP	M	LsR
					Tempo total		Tempo parcial										
			P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP			
Pessoal Dirigente																	
Os titulares de cargos de direção exercem, na sua unidade organica, as funções e competências, previstas na Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro e Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de abril com a redacção dada pelas respectivas alterações.	Dirigente	Dirigente Intermédio de 2º Grau - Chefe de Divisão								12 a)	6 b) *						
Ao comandante operacional de proteção civil compete exercer a atividade tendo em vista os objetivos fundamentais da proteção civil, a saber, prevenir os riscos coletivos e a ocorrência de acidente grave ou de catástrofe, atenuar os riscos coletivos e limitar os seus efeitos, socorrer e assistir as pessoas e outros seres vivos em perigo proteger bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público, apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas em áreas afetadas por acidente grave ou catástrofe. Em especial compete-lhe exercer as funções previstas no artigo 14º da Lei 65/2007, de 12/11.	Comandante Operacional Municipal	Comandante Operacional Municipal									1 *						

Leonor

5/2/15

Atribuições/ Competências/ Actividades	Carreira	Categoria	Postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respectivas actividades (artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)												Trabalhadores ausentes por motivo de:		
			RJEPTI		RJEPTD				Comissão de serviço		CIP		Mobilidade		CIP	M	LsR
					Tempo total		Tempo parcial										
			P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP			
Carreiras gerais - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas																	
Aos técnicos superiores, de acordo com a sua área de formação e as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções previstas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, nomeadamente, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projectos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras actividadesde apoio geral ou especializado nas áreas de actuação comuns,instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado.Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade,tomando opções de índole técnica, enquadradas por directivas ou orientações superiores.	Tecnico Superior	Tecnico Superior	88	4 c) + 1 *	1	3 c) *							1 d) + 2 e) **	3 **	1	3	
Aos coordenadores técnicos compete nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, exercer funções de chefia técnica e administrativa em uma subunidade orgânica ou equipa de suporte, por cujos resultados é responsável. Realização das actividades de programação e organização do trabalho pessoal que coordena, segundo orientações e directivas superiores. Execução de trabalhos de natureza técnica e administrativa de maior complexidade. Funções exercidas com relativo grau de autonomia e responsabilidade.	Assistente Técnico	Coordenador Técnico	11														
Aos assistentes técnicos, de acordo com as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções previstas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, nomeadamente, funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em directivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de actuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de actuação dos órgãos e serviços.		Assistente Técnico	98	6 f) + 1 *										2 **		1	

[Handwritten signature]

8.3/15

Atribuições/ Competências/ Actividades	Carreira	Categoria	Postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respectivas actividades (artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)												Trabalhadores ausentes por motivo de:		
			RJEPTI		RJEPTD				Comissão de serviço		CIP		Mobilidade		CIP	M	LsR
					Tempo total		Tempo parcial										
			P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP			
Aos encarregados operacionais, de acordo com as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções previstas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, nomeadamente, funções de coordenação dos assistentes operacionais afectos ao seu sector de actividade, por cujos resultados é responsável. Realização das tarefas de programação, organização e controlo dos trabalhos a executar pelo pessoal sob sua coordenação. Substituição do encarregado geral nas suas ausências e impedimentos.	Assistente Operacional	Encarregado Operacional	3														
Aos assistentes operacionais, de acordo com a sua área de especialidade e as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções previstas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, nomeadamente, funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis; Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico; Responsabilidade pelos equipamentos sob a sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à sua manutenção e reparação dos mesmos.		Assistente Operacional	122	17 f) + 1 *											1		

Handwritten signature and initials

Handwritten initials

Atribuições/ Competências/ Actividades	Carreira	Categoria	Postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respectivas actividades (artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)												Trabalhadores ausentes por motivo de:		
			RJEPTI	RJEPTD				Comissão de serviço		CIP		Mobilidade		CIP	M	LsR	
				Tempo total		Tempo parcial											
P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP						
Carreiras subsistentes e carreiras não revistas																	
Aos especialistas de informática, de acordo com as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções previstas no Dec-Lei nº 97/2001, de 26/03 e Portaria nº 358/2002, de 03/04, nomeadamente, funções de concepção e aplicação em qualquer das seguintes áreas: Gestão e arquitectura de sistemas de informação; Infraestruturas tecnológicas e engenharia de software, (ver especificações na referida Portaria). Incumbe ainda ao pessoal integrado nesta carreira as seguintes tarefas, nas respectivas áreas de especialidade: - colaborar na definição de políticas, no desenvolvimento dos sistemas e tecnologias de informação, na modelização de testes e na avaliação de protótipos e na realização de actividades de consultoria e auditoria especializada; - estudar o impacte dos sistemas e das tecnologias de informação na organização do trabalho e no sistema organizacional, propondo medidas adequadas para a introdução de inovações na organização e funcionamento dos serviços e para a formação dos utilizadores de informática: - participar no planeamento e no controlo de projectos informáticos.		coordenador Técnico							2 *								
	Especialista de informática	Especialista de informática, grau 2	1														
		Especialista de informática, grau 1	4														
Aos técnicos de informática, de acordo com as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções as no Dec-Lei nº 97/2001, de 26/03 e Portaria nº 358/2002 de 03/04, nomeadamente, funções numa das seguintes áreas funcionais: infra-estruturas tecnológicas e engenharia de software, conforme especificações no n.º 3 da Portaria referida.	Técnico de informática	Técnico de informática, grau 1	7														

8.5/95

Atribuições/ Competências/ Actividades	Carreira	Categoria	Postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respectivas actividades (artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)												Trabalhadores ausentes por motivo de:		
			RJEPTI		RJEPTD				Comissão de serviço		CIP		Mobilidade		CIP	M	LsR
					Tempo total		Tempo parcial										
			P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP			
Aos fiscais municipais, compete exercer as funções previstas no Despacho SEALOT nº 20/94, publicado no Diário da Republica nº 110, de 12 de Maio de 1994, nomeadamente, fiscalizar e fazer cumprir os regulamentos, posturas municipais e demais dispositivos legais relativos a área de ocupação da via pública, publicidade, trânsito, obras particulares, abertura e funcionamento de estabelecimentos comerciais ou industriais, preservação do ambiente natural, deposição, remoção, tranporte, tratamento e destino final dos resíduos sólidos, públicos, domésticos e comerciais, preservação do património, segurança no trabalho e fiscalização preventiva do território; Presta informações sobre situações de facto com vista à instrução de processos municipais nas áreas da sua actuação específica.	Fiscal Municipal	Fiscal Municipal Especialista	1														
		Fiscal Municipal 1ª classe	2														
		Fiscal Municipal 2ª classe	0	2 i) *													1
Aos fiscais de obras, compete exercer as funções previstas no Despacho n.º 38/88, publicado na II série do DR de 26 de janeiro de 1989, nomeadamente fiscalizar os trabalhos realizados na via pública, por empresas concessionárias e outras, de acordo com o regulamento de obras na via pública, efectuando as medições necessárias; Informa os processos que lhe são distribuídos; Obtem todas as informações de interesse para os serviços onde está colocado, através de observação directa no local; Verifica e controla as autorizações e licenças para a execução dos trabalhos; Vistoria prédios, informando sobre o seu estado de conservação.	Fiscal de obras	Fiscal de Obras	1														
Ao bombeiro profissional, compete exercer as funções de socorro à população, nomeadamente as previstas no Dec-Lei nº 106/2002, de 13/04 e no Dec-Lei nº 241/2007, de 21/06, com as alterações que lhe foram introduzidas.	bombeiros	chefe	0												1		
		bombeiro de 1ª	0												1		
		bombeiro de 2ª	5												2		
TOTAL			343	32	1	3	0	0	12	9	0	0	3	1	6	5	0

[Handwritten signature]

18.6/15

Legenda:

P: Posto de trabalho providos

AP: Postos de trabalho a prover

RJEPTI: Relação jurídica de emprego publico por tempo indeterminado

RJEPTD: Relação jurídica de emprego publico por tempo determinado ou determinável

CIP: Cedência de Interesse publico (entidades de origem ou de destino, consoante o fluxo, não abrangidas pelo âmbito de aplicação objectivo da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)

M: Mobilidade (entidades empregadoras publicas de origem ou de destino, abrangidas pelo ambito de aplicação objetivo da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)

LsR: Licença sem remuneração

Observações:

- a) Sete técnicos superiores do mapa de pessoal do Município de Abrantes, encontram-se em comissão de serviço, no cargo de Chefe de Divisão no próprio Município.
- b) Recrutamento para Cargos Dirigentes já em curso.
- c) Recrutamento para preenchimento de postos de trabalho já em curso.
- d) Posto de trabalho ocupado em mobilidade intercarreiras, por assistente técnico do mapa de pessoal desta Autarquia, com formação superior em ciências de informação e documentação.
- e) Postos de trabalho ocupados por docentes a exercer funções, em requisição ao Ministério da Educação

* Funções dos postos de trabalho a prover constantes no anexo I

** Funções dos postos de trabalho ocupados e a ocupar em mobilidade constantes no anexo II



89.7/15

Postos de Trabalho previstos e não ocupados

Cargo / Carreira / Categoria	Unidade Organica	Área	Atribuições/ Competências/ Atividades	nº de Lugares a ocupar
Técnico Superior	DDGPSI	Licenciatura em Segurança no Trabalho	Tarefas inerentes ao desempenho da função de técnico superior na área de saúde e segurança, nomeadamente o a coordenação de segurança em empreitadas das quais o Município é dono de obra, apoio às Juntas de Freguesia que não disponham deste tipo de apoio. No trabalho interno destaca-se a análise de riscos de postos de trabalho e de edifícios, a gestão dos equipamentos de proteção individual, extintores e ares condicionados, para além da articulação com o medico do trabalho e a formação a ministrar anualmente aos colaboradores.	1
	DCT	Licenciatura na área de História	Colaborar no estudo dos acervos Municipais, organizar e garantir a execução programática dos Museus. Planear a realização de exposições. Apoiar o desenvolvimento de programas/projetos educativos	1
	SC	Licenciatura ou Bacharelato pré-Bolonha na área de Comunicação	Organização de cerimónias e eventos protocolares de acordo com as indicações fornecidas pelo GAP, incluindo o desenho e implementação dos seus Planos de Comunicação, a coordenação da execução das peças gráficas associadas e a coordenação dos meios de suporte à realização das cerimónias e eventos; Gestão do Protocolo Municipal, em articulação com o GAP; Gestão e produção de conteúdos de texto tendo em vista a divulgação regular de informação sobre as Políticas Municipais; Produção de conteúdos de texto tendo em vista o desenvolvimento de Campanhas Informativas e/ou de Marketing desenvolvidas pela Câmara Municipal; Produção de conteúdos de texto tendo em vista a divulgação regular de atividades da Câmara Municipal de Abrantes nos meios de comunicação interna e/ou por esta participados.	1
	DC	Licenciatura em psicologia	Promover o acompanhamento psicológico/intervenção, mediação familiar, efetuando o atendimento e acompanhamento psicossocial de alunos/as e famílias e propondo medidas/respostas adequadas para a resolução dos problemas identificados; participando nos processos de avaliação multidisciplinar, com vista à elaboração e acompanhamento de programas de intervenção; promovendo a colaboração técnica com outros serviços do Município e potenciando as sinergias numa articulação e intervenção concertadas com as entidades externas, quer num contexto de intervenção social, quer num outro contexto sempre que solicitado; Propor a articulação da sua atividade com outros serviços especializados, em particular nas áreas da saúde, educação e segurança social, contribuindo para o correto diagnóstico e avaliação dos indivíduos e famílias; Promover competências de relacionamento entre a Família, a Escola e a Comunidade; Colaborar em ações de formação, participar em experiências pedagógicas, e realizar investigação na área da sua especialidade; Efetuar estudos de natureza científico-técnica e de avaliação psicológica, tendo em vista a fundamentação da tomada de decisões em diversas áreas, nomeadamente na área do apoio social; Efetuar estudos de diagnóstico dos alunos sinalizados em situação de insucesso escolar e/ou risco grave de abandono; Promover ações de intercâmbio de experiências e partilha de boas práticas de promoção do sucesso escolar e de prevenção do abandono escolar, envolvendo pais, filhos e comunidade envolvente.	1
		Licenciatura em Educação social	Promover o acompanhamento de alunos/as e famílias identificadas; participando nos processos de avaliação multidisciplinar; promovendo a colaboração técnica com outros serviços do Município e potenciando as sinergias numa articulação e intervenção concertadas com as entidades externas, quer num contexto de intervenção social, quer num outro contexto sempre que solicitado; Propor a articulação da sua atividade com outros serviços especializados, em particular nas áreas da saúde, educação e segurança social, contribuindo para o correto diagnóstico e avaliação dos indivíduos e famílias; Acompanhar processos de socialização e inserção dos/as alunos/as e pais/encarregados de educação, reforçando as suas competências pessoais, sociais e profissionais; Colaborar na promoção de competências de relacionamento entre a Família, a Escola e a Comunidade; Colaborar em ações de formação, participar em experiências pedagógicas, e realizar investigação na área da sua especialidade; Efetuar estudos de diagnóstico dos alunos sinalizados em situação de insucesso escolar e/ou risco grave de abandono; Promover ações de intercâmbio de experiências e partilha de boas práticas de promoção do sucesso escolar e de prevenção do abandono escolar, envolvendo pais, filhos e comunidade envolvente.	1

[Handwritten signature]

29.8/15

Técnico Superior	DC	Licenciatura em animação cultural	Implementar e acompanhar o Projeto de Educação Parental em Abrantes; Desempenhar funções no âmbito da animação sociocultural, em contextos diversificados de intervenção social, cultural e educacional; Organizar e programar atividades de animação de carácter educativo, cultural, desportivo e social envolvendo grupos de alunos, pais e comunidade escolar; Promover Competências Parentais, centradas na educação das crianças e jovens; Colaborar na promoção de competências de relacionamento entre a Família, a Escola e a Comunidade; Promover a reflexão, adequação e transformação das práticas educativas familiares; Colaborar em ações de formação, participar em experiências pedagógicas, e realizar investigação na área da sua especialidade; Promover ações de intercâmbio de experiências e partilha de boas práticas de promoção do sucesso escolar e de prevenção do abandono escolar, envolvendo pais, filhos/as e comunidade envolvente; Promover ações de formação parental; Promover ações de carácter transversal, destinadas a sensibilizar a comunidade envolvente da escola para a área de educação, para a cidadania e igualdade de género.	1
	DDJA	Licenciatura em Desporto	Garantir a continuidade dos projetos desenvolvidos no serviço de desporto, nomeadamente, “+ vida”, Torneio Concelhio de Escolinhas em futebol, Torneio de Veteranos, INCUP e outros.	1
	SMPC	Licenciatura em Engenharia Florestal	a) Elaboração e atualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI); b) Elaboração e atualização do Plano Operacional Municipal (POM), que integra o PMDFCI; c) Participação nos processos de planeamento de ordenamento dos espaços rurais, florestais e outros Recursos Naturais; d) Centralização da informação relativa a incêndios florestais; e) Promoção do cumprimento do estabelecido no Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de Junho, na atual redação; f) Acompanhamento e divulgação do índice diário de risco de incêndio florestal; g) Relacionamento com as entidades públicas e privadas no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI); h) Supervisão e controlo das obras municipais e das subcontratadas relativas à DFCI; i) Construção e gestão do sistema de informação geográfica de DFCI e Recursos Naturais. j) Gestão da base de dados DFCI e Recursos Naturais; k) Envio de propostas e pareceres relacionados com a DFCI e Recursos Naturais; l) Constituição e atualização de dossier com legislação específica; m) Elaboração de relatório de atividades relativos aos programas de ação previstos no PMDFCI e relacionados com outros Recursos Naturais; n) Elaboração de informações e levantamento das ocorrências de incêndio ocorridas no concelho do Abrantes; o) Participação em ações de formação de DFCI, principalmente as promovidas pelo ICNF e/ou outras entidades; p) Elaboração de ações de sensibilização da população para as causas e efeitos dos incêndios florestais e outras catástrofes; q) Elaboração de pareceres sobre mobilização e plantação de espécies ao abrigo da legislação em vigor aplicável; r) Apoio a outros órgãos municipais na área da gestão dos Recursos Naturais; s) Apoio aos Sapadores Florestais e outros agentes do desenvolvimento rural e da gestão dos Recursos Naturais.	1
Assistente Técnico	DA	12º ano	Atendimento presencial e telefónico de todos os assuntos relacionados com o Balcão Único de Atendimento; Emissão de documentos, licenças e de outros títulos; Atendimento (acesso mediado) dos processos submetidos no Balcão do Empreendedor; Organização, gestão de procedimentos e controlo de processos da responsabilidade exclusiva do serviço (identificados anualmente nas normas do serviço); Funções de tesouraria na componente de arrecadação de receita, incluindo a dos Serviços Municipalizados; Agendamento de reuniões com o Chefe da Divisão de Ordenamento de Gestão Urbanística.	4
	DCT	12º ano	Funções de atendimento e administrativas. Colaboração com as equipas envolvidas na área do património. Manutenção de espaços. Colaboração no planeamento e montagem de exposições. Funções de atendimento e administrativas. Colaboração com as equipas envolvidas na área do património.	2
	DF	12º ano	Contratação Pública - procedimentos pré-contratuais e gestão de contratos; Aprovisionamento - emissão de requisições internas e externas.	1
Assistente Operacional	DDJA	Auxiliar serviços gerais	Abertura e fecho das instalações desportivas, limpeza, registo de utilizações e zelar pelas mesmas	1

20.9/15

[Handwritten signature]

Assistente Operacional	DC	Auxiliar Ação Educativa	Realizar funções de natureza executiva, enquadradas nas diretivas gerais definidas na legislação respetiva, nomeadamente o exercício de funções de apoio geral, desenvolvendo e incentivando o respeito e apreço pelo estabelecimento de educação ou de ensino e pelo trabalho que, em comum, nele deve ser efetuado. Executar tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos serviços escolares, em particular relacionados com o apoio em sala de aula e refeitórios, podendo comportar esforços físicos; Responsabilizar-se por equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo quando necessário, à manutenção dos mesmos. Executar tarefas da competência do município em matéria educativa indispensáveis ao funcionamento dos serviços, designadamente a ligação entre os diversos elementos que constituem a comunidade educativa (alunos/as, docentes, pessoal não docente, pais, mães e encarregados de educação); Providenciar a limpeza, arrumação, conservação e boa utilização das instalações, bem como do material e equipamento didático e informático necessário ao desenvolvimento do processo educativo; Cooperar na segurança e vigilância dos/as alunos/as, assegurando o encaminhamento de utilizadores da escola e controlando as entradas e saídas do recinto escolar; Apoiar nas atividades de crianças com necessidades educativas especiais. Participar com os docentes no acompanhamento das crianças com vista a assegurar um bom ambiente educativo; Cooperar nas atividades que visem a segurança de crianças na escola, no transporte escolar relacionado com atividades pedagógicas no exterior do estabelecimento; Exercer tarefas de apoio aos serviços de ação social escolar, quando necessário; Prestar apoio e assistência em situações de primeiros socorros e, em caso de necessidade, acompanhar a criança a unidades de prestação de cuidados de saúde; Estabelecer ligações telefónicas e prestar informações; Receber e transmitir mensagens; Efetuar, no interior e exterior, as tarefas indispensáveis ao funcionamento dos serviços escolares.	6
	DL	Canalizador	Destina-se a apoiar o serviço de reparação e manutenção de edifícios, Executa redes de água fria e quente e a montagem de equipamentos; Executa instalações de condução de águas pluviais e residuais; Colabora na instalação de redes de aquecimento central e na revisão e manutenção dos equipamentos; Repara e substitui equipamentos sanitários, torneiras e acessórios	1
		Condutor Máquinas	Conduz e manobra máquinas pesadas de movimentação de terras, executando trabalhos de movimentação, carregamento e remoção de terras em diversas obras, manobrando também sistemas hidráulicos ou mecânicos complementares das viaturas; Zela pela conservação e limpeza dos equipamentos; Verifica também diariamente os níveis de óleo e água e comunica as ocorrências anormais detetadas nestes; Pode conduzir outras viaturas ligeiras ou pesadas.	2
		Auxiliar serviços gerais	Destinam-se ao serviço de reparação e manutenção de edifícios e infraestruturas; Apoiam outros profissionais na área da construção civil; Efetuam cargas e descargas de viaturas e colaboram no transporte e entrega de mobiliário e outros equipamentos; Colaboram no trabalho de limpeza e manutenção da rede viária.	3
		Eletricista	Preparar e organizar o trabalho relativo à instalação e ou à manutenção de instalações elétricas de colunas montantes e de entradas, de iluminação e potência, de força motriz e de infraestruturas de telecomunicações em edifícios; Analisar a planta da obra, os manuais, os projetos, os esquemas e outras especificações técnicas, com o objetivo de identificar, nomeadamente, o tipo de instalação, de equipamento, materiais e outros dados relativos à instalação elétrica e ou à sua manutenção; Verificar e preparar os equipamentos, as ferramentas, os componentes e os materiais adequados à execução da instalação e ou da sua manutenção; Determinar a distribuição e o posicionamento dos circuitos e dos equipamentos elétricos a instalar; Executar instalações elétricas de colunas montantes e de entradas em edifícios, de iluminação e potência em edifícios e de força motriz, utilizando os procedimentos e os equipamentos adequados; Executar instalações de infraestruturas de telecomunicações em edifícios, designadamente, de sistemas de sinalização e de intercomunicação e de montagem de antenas TV e FM, utilizando os procedimentos e os equipamentos adequados; Efetuar os ensaios de funcionamento das redes elétricas e dos equipamentos, por referência a valores normalizados e a regras de segurança, a fim de detetar eventuais anomalias e garantir o seu correto funcionamento; Executar a manutenção preventiva e corretiva de circuitos e equipamentos de instalações elétricas e de infraestruturas de telecomunicações em edifícios; Verificar as condições de funcionamento dos circuitos e dos equipamentos e detetar eventuais anomalias, efetuando os ensaios e as medições adequadas; Reparar as anomalias detetadas nos circuitos e equipamentos, substituindo e ou reparando os equipamentos e materiais danificados; Efetuar orçamentos relativos à instalação elétrica e ou à sua manutenção, executando, nomeadamente, os cálculos de materiais, equipamentos, mão-de-obra e tempos de trabalho; Registrar informações de carácter técnico, relativas à sua atividade.	1

Handwritten signature

88.00/95

Assistente Operacional	DL	Carpinteiro	Destina-se a apoiar o serviço de reparação e manutenção de edifícios. Colabora na execução de trabalhos em madeira através dos moldes que lhe são apresentados; Serra e topia as peças, desengrossando-as, lixa e cola material, ajustando as peças numa prensa; Assenta, monta e acaba os limpos nas obras, tais como portas, rodapés, janelas, caixilhos, escadas, divisórias em madeira, armações de telhados e lambris; Procede à transformação das peças, a partir de uma estrutura velha para uma nova, e repara-as.	1
		calceteiro	Entre outras atividades, reveste e repara pavimentos, justapondo e assentando paralelepípedos, cubos ou outros. sólidos de pedra ou de outros materiais, tais como calçada à portuguesa, granito, basalto, cimento e ou pedra calcária; Refecha as juntas com areia, calça, pó de pedra ou outro material; Efetua os alinhamentos necessários para uma implantação correta, utilizando a ferramenta adequada de acordo com as necessidades da pavimentação; Assegura a limpeza regular e final do espaço abrangido pelos trabalhos; Conduz viaturas sempre que tal se mostre necessário, desde que esteja habilitado com licença legal para o efeito.	1
	D Amb	Auxiliar serviços gerais	Executar, a partir de orientações e instruções da estrutura orgânica do serviço e no âmbito das atribuições e competências do mesmo, trabalhos de cultivo de plantas ornamentais, árvores e arbustos, sementeira de relvados e aplicação de tapetes de relva em parques ou jardins públicos. Realização de operações inerentes à criação, manutenção e conservação de espaços verdes municipais, tais como a preparação prévia do terreno, limpeza, rega, tutorarem, aplicação de produtos fitossanitários adequados, instalação e manutenção das redes de rega, podas, utilização e manutenção de equipamento mecânico e manual próprio da atividade. Realização de outras tarefas não especificadas, no âmbito das competências da respetiva categoria profissional.	1
Informática	DGPSI	Coordenador Técnico	Coordenação das áreas de administração de sistemas e desenvolvimento aplicacional respetivamente.	2

Handwritten signature

89.99/95

Fiscal Municipal	DU	Fiscal Municipal	<p>As constantes do Modelo de Estrutura Flexível dos Serviços Municipais atualmente em vigor (Despacho nº 12315/2014, DR 2ª Série, de 06.10.2014) ou do que vier a suceder-lhe; designadamente:</p> <p>a) Verificar o cumprimento das leis, posturas e regulamentos no âmbito das atribuições do município, dirigindo o trabalho de fiscalização, sem prejuízo das competências atribuídas a outros serviços neste domínio, bem como promover os procedimentos adequados em função das ocorrências verificadas;</p> <p>b) Recolher as informações necessárias à instrução de processos ou à satisfação de pedidos feitos aos serviços, quando devidamente autorizados;</p> <p>c) Proceder a notificações, intimações e citações pessoais ordenadas pela Câmara ou pelo seu presidente;</p> <p>d) Levantar participações por contraordenação, autos de notícia diversos, nomeadamente quando seja detetada qualquer atividade não licenciada;</p> <p>e) Velar pelo regular funcionamento dos mercados municipais, feiras e eventos similares;</p> <p>f) Estudar medidas de descongestionamento, alteração ou planificação dos espaços destinados aos mercados e feiras;</p> <p>g) Acompanhar ou executar as medidas de polícia e administrativas que superiormente lhe forem cometidas, nomeadamente mandados de embargo, reposições de situações anteriores, encerramentos, despejos sumários, demolições e processos de notificação;</p> <p>h) Afixar e distribuir avisos, editais e anúncios na área do proceder à análise e emitir informação sobre participações, reclamações e queixas de particulares, acompanhar o desenvolvimento do respetivo procedimento com vista à sua resolução e, por fim, encaminhar os processos em causa para cada serviço competente na matéria;</p> <p>i) Prestar informação aos serviços camarários sobre os assuntos que possam ser objeto de fiscalização e que se enquadrem nas atribuições do município e nas competências do Serviço de Fiscalização Municipal;</p> <p>j) Coordenar, em ligação com outras unidades orgânicas fiscalizadoras, a ação de fiscalização municipal, de forma a serem cumpridas as determinações legais nos vários setores que constituem uma completa gestão municipal;</p> <p>k) Colaborar com as demais autoridades administrativas e policiais na fiscalização e cumprimento das disposições legais relativas à ocupação do espaço público e ao uso não autorizado do solo e demais património público ou privado;</p> <p>l) Obter informações e elaborar relatórios que, na área da sua intervenção, tenham interesse para a Câmara e serviços municipais, mesmo que concessionados;</p> <p>m) Intervir em vistorias no âmbito das atribuições municipais, por determinação superior;</p> <p>n) Zelar pela conservação do património propriedade do município participando as anomalias encontradas, nomeadamente em edifícios e mobiliário urbano;</p> <p>o) Esclarecer e divulgar junto dos munícipes os regulamentos e normas definidas pela Câmara, exercendo, assim, uma ação preventiva e pedagógica.</p>	2
------------------	----	------------------	---	---

5/12/15

Dirigente		Chefes de Divisão	Os titulares de cargos de direção exercem, na sua unidade orgânica, as funções e competências, previstas na Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro e Decreto-Lei.º 93/2004, de 20 de abril com a redação dada pelas respectivas alterações. Para além disso devem igualmente: - Definir os objetivos de atuação da unidade orgânica que dirigem, tendo em conta os objetivos gerais estabelecidos; - Orientar, controlar e avaliar o desempenho e a eficiência dos serviços dependentes, com vista à execução dos planos de atividades e à prossecução dos resultados obtidos e a alcançar; - Garantir a coordenação das atividades e a qualidade técnica da prestação dos serviços na sua dependência; - Gerir com rigor e eficiência os recursos humanos patrimoniais e tecnológicos afetos à sua unidade orgânica, otimizando os meios e adotando medidas que permitam simplificar e acelerar procedimentos e promover a aproximação à sociedade e a outros serviços públicos; - Assegurar a qualidade técnica do trabalho produzido na sua unidade orgânica e garantir o cumprimento dos prazos adequados à eficaz prestação dos serviços, tendo em conta a satisfação dos interessados destinatários; - Efetuar o acompanhamento profissional no local de trabalho, apoiando e motivando os colaboradores e proporcionando-lhes os adequados conhecimentos e aptidões profissionais necessários ao exercício do respetivo posto de trabalho, bem como os procedimentos mais adequados ao incremento da qualidade do serviço a prestar; - Divulgar junto dos colaboradores os documentos internos e as normas de procedimento a adotar pelo serviço, bem como debater e esclarecer as ações a desenvolver para o cumprimento dos objetivos do serviço, de forma a garantir o empenho e a assunção de responsabilidades por parte dos funcionários; - Proceder de forma objetiva à avaliação de desempenho dos colaboradores, em função dos resultados individuais e de grupo e à forma como cada um se empenha na prossecução dos objetivos e no espírito de equipa; - Identificar as necessidades de formação específica dos colaboradores da sua unidade orgânica e propor a frequência das ações de formação consideradas adequadas ao suprimento das referidas necessidades, sem prejuízo do direito à autoformação; - Proceder ao controlo efetivo da assiduidade, pontualidade e cumprimento do período normal de trabalho por parte dos colaboradores da sua unidade orgânica; - Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados na respetiva unidade orgânica, exceto quando contenham matéria confidencial ou reservada, bem como a restituição de documentos aos interessados.	6
COM		COM	Ao comandante operacional de proteção civil compete exercer a atividade tendo em vista os objetivos fundamentais da proteção civil, a saber, prevenir os riscos coletivos e a ocorrência de acidente grave ou de catástrofe, atenuar os riscos coletivos e limitar os seus efeitos, socorrer e assistir as pessoas e outros seres vivos em perigo proteger bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público, apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas em áreas afetadas por acidente grave ou catástrofe. Em especial compete-lhe exercer as funções previstas no artigo 14º da Lei 65/2007, de 12/11.	1

Total de postos de trabalho	44
-----------------------------	----

Anexo I do Mapa de Pessoal

29.13/15

Postos de Trabalho previstos e ocupados por mobilidade

Cargo / Carreira / Categoria	Unidade Organica	Área	Atribuições/ Competências/ Actividades	nº de Lugares a ocupar
Técnico Superior	DC	Docente (Artigo 67º do ECD)	Integrar uma equipa multidisciplinar para implementação do projeto “Consciência e Educação”, na comunidade educativa abrantina. Desempenhar funções, pretendendo-se, numa primeira linha, desenvolver um trabalho mais direccionado aos alunos que frequentam o ensino pré-escolar do nosso concelho no intuito de desenvolver competências facilitadoras do sucesso pessoal e consequentemente do sucesso escolar, em paralelo, pretende-se também desenvolver atividades direccionadas para jovens e adultos (professores, auxiliares de ação educativa, encarregados de educação) abrangendo assim, toda a comunidade escolar. Em suma, pretende-se promover a capacitação de toda a comunidade educativa para ultrapassar os seus limites e limitações descobrindo-se e alcançando níveis mais elevados de bem-estar físico e emocional.	1
	DC	Ciências de Informação e Documentação	Tratamento Técnico Documental e coordenação das tarefas neste sector. Gestão dos depósitos do Serviço de Bibliotecas e Arquivos(circulação e conservação - apoio ao Arquivo Municipal Eduardo Campos). Gestão da catalogação no Setor de Fundo Local e Periódicos. Apoio no tratamento e preservação digital do Fundo Local. Apoio nas várias áreas de funcionamento da Biblioteca, nomeadamente exposições, jornadas, seminários e eventos. Apoio às bibliotecas escolares do concelho, nomeadamente ao nível da organização e renovação de fundos documentais.	1
	DCT	Docente (Artigo 67º do ECD)	Integrar uma equipa multidisciplinar que implementará a estratégia de desenvolvimento de equipamentos culturais. Valorização do património cultural em Abrantes, material e imaterial, da arqueologia industrial, da promoção do conhecimento e do turismo, da investigação científica e do desenvolvimento sustentável; prosseguir com o estudo sistemático das coleções museológicas municipais e com as atividades complementares de divulgação e investigação científica, incluindo o registo do património imaterial municipal; fortalecer um corpo técnico devidamente habilitado que participe na construção de uma estratégia global para a Cultura em Abrantes, consolidando as parcerias e as redes comuns de intervenção; reforçar um programa específico de cruzamento de públicos e de práticas entre educação, cultura, património, ciência, turismo, leitura, ambiente, ação social e desporto, assim como de formação/treino de equipas de mediadores.	1
		Educação	Gestão do ParqueTejo, nomeadamente organização de exposições, gestão de recursos materiais e humanos, estatística de públicos, gestão de cedência de espaços, cooperação com parceiros do parque a título de exemplo Fundação Serralves, e elaboração de relatórios; Edifício Pirâmide (mapeamento de cedências); Programação cultural infantil; Serviços Educativos (planeamento, execução e avaliação das atividades, nomeadamente no apoio às dinâmicas de programação e na implementação dos serviços educativos municipais).	1
	SC	Licenciatura em Artes	Design Gráfico; Domínio das ferramentas de design utilizados no serviço de Comunicação.	1

28.11/95

Técnico Superior	DU	Licenciatura em Gestão do Território	<p>a) Gerir o sistema de informação geográfica do município, bem como a gestão atualização, gestão e aquisição de cartografia digital do município;</p> <p>b) Gerir e assegurar os procedimentos de atribuição de toponímia e números de polícia;</p> <p>c) Participar em estudos, projetos e negociações com entidades públicas e privadas no âmbito do ordenamento do território;</p> <p>d) Elaborar os estudos necessários à aprovação de planos municipais de ordenamento do território, acompanhando e avaliando a execução dos instrumentos de planeamento e dos estudos e projetos aprovados;</p> <p>e) Garantir o direito à informação sobre os instrumentos de desenvolvimento e planeamento territorial em vigor e o estado e andamento dos processos às pessoas interessadas.</p>	1
Assistente Técnico	DDS	12º ano	Atendimento e acompanhamento de processos sociais, alguns que envolvem apoios de emergência, no âmbito do Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos; Representante no Núcleo Local de Inserção; Avaliação e Gestão mensal das situações de Cantinas Sociais; Atendimento e avaliação no âmbito dos processos de habitação em regime de <u>arrendamento apoiado: Atendimento social</u> .	1
	DCT	12º ano	Funções de atendimento ao público; Organizar e promover visitas guiadas; Colaborar com as equipas envolvidas na área do património; Realizar manutenção de espaços; Colaborar no planeamento e montagem de exposições; Elaborar relatórios de ocorrências; Organizar dados estatísticos relacionados com o número de visitantes; Inventariar as necessidades de aquisição, reparação e conservação dos equipamentos; Intervir de forma adequada na resolução de <u>conflitos que possam surgir no espaço</u> .	1
Total de postos de trabalho				8

Anexo II do Mapa de Pessoal

88.15/15

7

(doc. ____)

Sessão ordinária – 24 de abril de 2019

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

3. - Alteração ao PDM de Abrantes

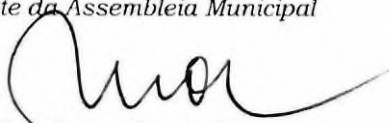
Deliberação: Considerando o disposto na alínea r) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar** a **Alteração ao PDM de Abrantes**, conforme proposta, e respetiva fundamentação com enquadramento no Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro, de acordo com documentos anexos.

Votação: *Aprovado por maioria com dois votos contra da bancada do BE.*

2

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

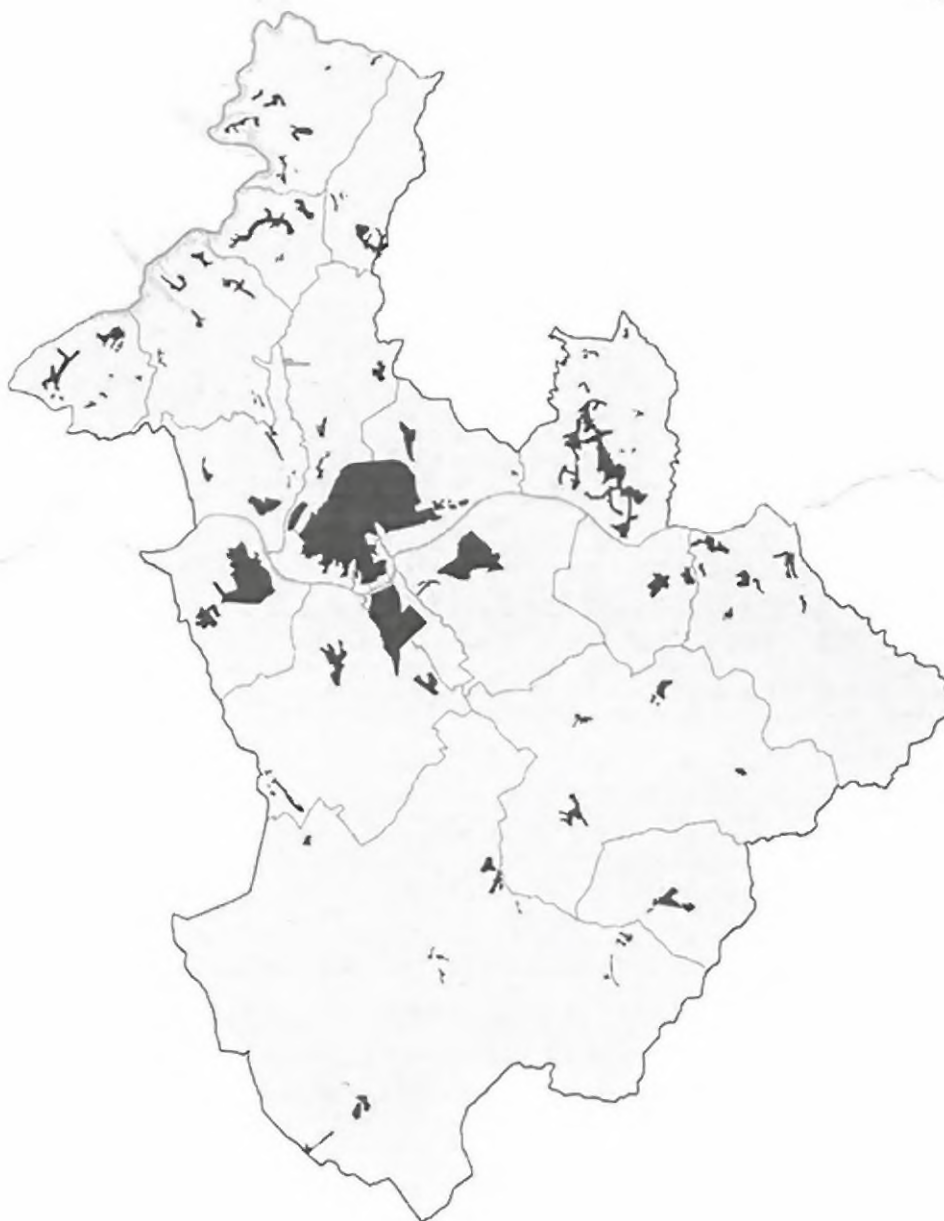


Manuel Duarte dos Santos

22.11/13



[Handwritten signature]



Alteração

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ABRANTES
RELATÓRIO DE ANÁLISE E PONDERAÇÃO - DISCUSSÃO PÚBLICA

DOGU | Serviço de Ordenamento do Território
Janeiro, 2019



Índice

1 INTRODUÇÃO	2
2 ANTECEDENTES	3
3 REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE)	3
3.1 <i>O carácter temporário do regime</i>	3
4 SÍNTESE DO PROCEDIMENTO	5
5 DIVULGAÇÃO	5
6 PARTICIPAÇÕES	11
7 CONCLUSÃO	11

1 - INTRODUÇÃO

No âmbito do descrito no artigo 89º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial - RJIGT, após o período de discussão pública a Câmara Municipal pondera as participações ocorridas através de relatório de ponderação e em função da sua análise, elabora a versão final do Plano, propondo posteriormente a sua aprovação à Assembleia Municipal.

Sublinhe-se que a câmara municipal é obrigada a responder no caso das participações que aludam a:

- a) A desconformidade ou a incompatibilidade com programas e planos territoriais e com projetos que devem ser ponderados em fase de elaboração;*
- b) A desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis;*
- c) A eventual lesão de direitos subjetivos.*

O presente relatório refere-se ao período de discussão pública ocorrido entre 15/01/2019 e 04/02/2019, na sequência da publicação do Aviso n.º 348/2019 em Diário da República, 2.ª série - N.º 4 - 7 de janeiro de 2019.

Neste âmbito, o relatório deverá proceder à apresentação das participações efetuadas, à análise técnica e pertinência das mesmas, sugerindo ou não a sua aceitação e consequentes alterações à proposta de alteração ao plano.

No caso presente, constata-se a ausência de qualquer participação no período de discussão pública, constando o presente relatório de uma síntese da tramitação ocorrida, bem como das diligências efetuadas para a divulgação e abertura do procedimento de discussão pública e inerentes elementos disponibilizados.

2 - ANTECEDENTES

O PDMA foi publicado através da Resolução de Conselho de Ministros nº 51/95, no Diário da República I-B nº 127/95 de 1 de junho.

Ainda durante o ano de 1995, foi publicada a Declaração de Retificação nº 114-J/95 de 31 de agosto, visando corrigir o quadro do Regulamento do PDMA relativo aos “Indicadores de Apoio à Gestão Urbanística”.

Posteriormente, foi sujeito a uma 1ª Alteração por adaptação, publicada pelo Aviso nº 2440/2010 no Diário da República, 2ª série, 3 de fevereiro e a subsequente Declaração de Retificação nº 866/2010 publicada no Diário da República, 2ª série, de 30 de abril.

Finalmente, foi objeto de uma 2ª Alteração, publicada pelo Aviso nº 12448/2016 no Diário da República, 2ª série, de 11 de outubro.

A presente alteração constitui assim a 3ª Alteração ao PDMA.

Este instrumento de gestão territorial “... estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo ...”. Na sequência da sua execução o mesmo determinou algumas conjunturas que evoluindo no território, moldaram um desenvolvimento territorial e económico singular.

3 - REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE)

3.1 O carácter temporário do regime

O Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, alterado pela Lei nº 21/2016 de 19 de julho, estabeleceu um Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE).

Com este regime pretendeu-se criar um mecanismo para avaliar a possibilidade de regularização de um conjunto significativo de unidades produtivas que não dispõem de título de exploração ou de exercício válido face às condições atuais da atividade, ou que dispendo de título válido estão impossibilitados de proceder à sua alteração ou ampliação, designadamente por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Procurou-se assim ultrapassar situações em que “... a impossibilidade de regularização ou o licenciamento das alterações pretendidas inviabiliza a possibilidade de melhoria do seu desempenho ambiental e coarta a concretização de projetos de investimento e de criação de emprego.”.

Nesse sentido o RERA

Uma vez que o Plano Diretor Municipal de Abrantes (PDMA) não permite viabilizar atividades económicas instaladas no território, nomeadamente as ligadas à recolha, triagem, valorização e tratamento de resíduos urbanos, como é o caso da empresa “VALNOR” por incompatibilidades com o uso do solo, o Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, veio desta forma criar uma janela de oportunidade excecional e de carácter temporário, pela validade de vigência do regime ser reduzida.

Assim, face à necessidade de prosseguir em pleno, o regime do RERA

Tendo em conta, as faculdades constantes na legislação, designadamente o Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, alterado pela Lei nº 21/2016 de 19 de julho, efetivou-se o anteriormente descrito, consubstanciando-se uma proposta de alteração, ao nível do Regulamento e da Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal de Abrantes.

Prosseguindo o procedimento de alteração do PDM de Abrantes, deliberou o executivo da Câmara Municipal de Abrantes, na data de 21.08.2018:

“Acionar procedimento de procedimento de alteração simplificada do Plano Diretor Municipal, nos termos que constam do Regime Jurídico com Caráter Extraordinário de Regularização de Estabelecimentos e Explorações, a que alude o Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, na sua atual redação, devendo ser efetuada conforme previsto no Artigo 118º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (aprovado pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio), com as especificidades constantes do nº 2 do Artigo 12º desse Decreto-Lei nº 165/2014.”

4 - SÍNTESE DO PROCEDIMENTO

1 – Deliberações de Câmara

- 21 de agosto de 2018, deliberou aprovar a proposta de alteração e respetiva abertura de discussão pública.

2 – Período de Participação Pública

- Decorreu entre 15 de janeiro e 04 de fevereiro de 2019 (Publicitado em DR, Comunicação Social e em nas respetivas Juntas de Freguesia – Certidão de Afixação).

5 - DIVULGAÇÃO

O presente período de discussão pública foi inicialmente desencadeado na sequência da publicação do Aviso n.º 348/2019 em Diário da República, 2.ª série - N.º 4 - 7 de janeiro de 2019, a divulgação do período de discussão pública envolveu as seguintes diligências:

- Editais nas juntas de Freguesia;
- Aviso em Diário da República;
- Comunicação social (Jornal Nova Aliança, Correio da Manhã);
- Publicitação no site do Município.



[Handwritten signature]



FREGUESIA DE

Abrantes

CERTIDÃO DE AFIXAÇÃO

Nome: Manuel João Salvador Dias

Cargo: Presidente

Certifico que, nesta data, afixei nos locais do costume, vários exemplares do Aviso deste município, datado de 13 dezembro de 2018, divulgando a **Abertura do Período de Discussão Pública**, relativo à Alteração do Plano Diretor Municipal de Abrantes, publicado no Diário da República, 2.ª série n.º 4 - 7 de janeiro de 2019.

Por ser verdade e para os devidos efeitos, passo a presente certidão que assino:

Abrantes, 14 de janeiro de 2019

O Presidente

[Handwritten signature]



PARTE H

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO SOUSA

Aviso n.º 345/2019

Homologação de listas de ordenação final

Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação, torna-se público que as listas unitárias de ordenação final dos candidatos aprovados nos procedimentos concursais comuns para constituição de relações jurídicas de emprego público a termo resolutivo incerto, com as referências Concurso C — 1 (um) lugar de Técnico Superior — área de Ciências Históricas, Concurso D — 2 (dois) lugares de Técnico Superior — área de Ensino Básico, Concurso E — 2 (dois) lugares de Assistente Técnico — área Administrativa, e Concurso F — 4 (quatro) lugares de Assistentes Operacionais — área Operacional, publicados pelo Aviso n.º 10481/2017, do Diário da República, 2.ª série, n.º 176, de 12 de setembro de 2017, foram homologadas por despacho do Presidente do Conselho Diretivo, datados, respetivamente, de 17 de abril, 28 de maio, 23 de julho, e 13 de junho do corrente ano, encontrando-se as mesmas afixadas no placard de informação sito na sede da VALSOSA, Praça D. António Meireles, n.º 45, 4620-130 Lousada, e disponibilizadas na área "Concursos/Recursos Humanos" do site <http://www.valsosa.pt>.

13 de dezembro de 2018. — O Secretário-Geral, Dr. Luís Monteiro.
311911466

Aviso n.º 346/2019

Renovação de comissão de serviço

Em cumprimento da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo, de 17 de setembro de 2018, e nos termos dos artigos 23.º e 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, aplicada à administração local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, se procedeu à renovação da comissão de serviço da licenciada Maria do Rosário Neves Pereira Correia Machado, no cargo de Coordenadora da Rota do Românico, por um período de três anos, com efeitos a partir de 12 de novembro de 2018.

13 de dezembro de 2018. — O Secretário-Geral, Dr. Luís Monteiro.
311911441

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES

Aviso n.º 347/2019

Para os devidos efeitos, previstos no n.º 6, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação dada Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que foram homologadas, pelo Secretário Executivo Intermunicipal, as Listas Unitárias de Ordenação Final, do procedimento concursal aberto ao abrigo da Regularização extraordinária de vínculos precários na Administração Pública, para três postos de trabalho do Mapa de Pessoal desta Entidade, nas seguintes Unidades Orgânicas:

Dois postos de trabalho na Unidade Gestão Administrativa e Financeira, na carreira e categoria de Assistentes Técnicos;

Um posto de trabalho na Unidade de Cooperação Territorial e Promoção da Região, na carreira e categoria de Técnica Superior

As listas Unitárias de Ordenação Final Homologadas encontram-se afixadas em lugar visível e público na sede da Comunidade Intermunicipal e publicadas na sua página eletrónica: www.cimvdl.pt

13 de dezembro de 2018. — O Secretário Executivo, Luís Nuno Fereira da Cruz Matoso Martins.

311913612

MUNICÍPIO DE ABRANTES

Aviso n.º 348/2019

Alteração do Plano Diretor Municipal de Abrantes

Abertura do Período de Discussão Pública

Faz-se público, para efeitos do n.º 1 e 2 do artigo 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que a Câmara Municipal de Abrantes, referente à proposta de adequação do Instrumento de Gestão Territorial no âmbito do pedido do RERA — Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas — alteração do PDM de Abrantes, apresentado pela Valnor — Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A., adotou o procedimento de alteração simplificada do Plano Diretor Municipal, nos termos que constam do Regime Jurídico com Carácter Extraordinário de Regularização de Estabelecimentos e Explorações, a que alude o Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, na sua atual redação, obedecendo ao previsto no Artigo 118.º do RJIGT, com as especificidades constantes do n.º 2 do Artigo 12.º desse Decreto-Lei n.º 165/2014, deliberou em 13.11.2018:

Aprovar a proposta, constante das peças (relatório da proposta e anexos ao mesmo), que consiste em:

a) Alteração da Planta de Ordenamento, passando a área respeitante ao prédio, onde estão localizadas as instalações, a designar-se como espaço de infraestruturas, substituindo a área maioritária de "Espaço agroflorestal" e área minoritária de "Espaço natural";

b) Introdução, em Regulamento do PDM:

i) Da alínea m) do n.º 1 do Artigo 6.º dedicado as "Classes de espaços e seus limites", designada "Espaço de infraestruturas";

ii) Do Artigo 18.º-A, com definição da nova classe de espaço e respetivas orientações.

Proceder à abertura de um período de 15 dias úteis para discussão pública da proposta de alteração do Plano Diretor Municipal de Abrantes, contado a partir do 5.º dia subsequente à publicação do presente aviso no Diário da República.

Durante o referido período, o projeto de alteração do Plano Diretor Municipal de Abrantes e os inerentes elementos estarão disponíveis conforme n.º 1 do artigo 89.º, para consulta dos interessados na Câmara Municipal de Abrantes (Praça Raimundo Soares, Abrantes) e no site da internet da Câmara Municipal ([Os interessados podem apresentar reclamações, sugestões, observações ou pedidos de esclarecimento, por carta e dirigidos à Presidente da Câmara Municipal ou através de correio eletrónico \(\[geral@cm-abran\]\(mailto:geral@cm-abran\)tes.pt\) referindo expressamente a discussão pública da Alteração do Plano Diretor Municipal de Abrantes, com a identificação e morada de contacto do signatário, promovendo ainda qualquer esclarecimento caso a manifestação se enquadre no n.º 3 do artigo 89.º do diploma legal acima mencionado.](http://www.cm-abrantes.pt).</p>
</div>
<div data-bbox=)

Para os devidos efeitos, é publicado o presente Aviso no Diário da República, 2.ª série, nos termos do n.º 4 do artigo 191.º do RJIGT, em digital afixado nos lugares habituais, na comunicação social e na página da Internet da Câmara Municipal.

13 de dezembro de 2018. — O Vice-Presidente da Câmara Municipal de Abrantes, João Carlos Casanova Gomes.

611914714

MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

Aviso (extrato) n.º 349/2019

Lista de ordenação final — PREVPAP

Nos termos e para os efeitos, conjugados, do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, com n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se pública a Lista de Ordenação

Fl. 9/13



10 de janeiro de 2019/Publicidade

Exposição: “A Primeira Grande Guerra
O conflito que mudou o mundo”

No âmbito dos cem após o fim da Primeira Grande Guerra” realizou-se na Sociedade Recreativa e Musical de Bemposta no domingo dia 9 de dezembro, uma exposição que retratou através de fotos, vídeos, folhas de diário, poesia e boletins dos soldados do Corpo Expedicionário Português que relatam o embarque, o desembarque, a hospitalização, doença, a punição e outros aspectos na vida dos combatentes da frequência de Bemposta e S. Facundo/ Vale das Mós.

Esta iniciativa insere-se no projeto aprovado do Orçamento Participativo de 2017 intitulado: "Museu Interpretativo do Mundo Rural", a ser implementado no caso senhorial de Família Lúcio, berço da freguesia de Boreposse, ao qual foi atribuído o montante de cinquenta mil euros. Dada a indicação por parte da Câmara de Abrantes, e porque esta exposição estava prevista no programa para 2018, as pessoas envolvidas no projeto decidiram que a investigação para a possível exposição no Museu não poderia ser "em vão" e pediram as instalações à Sociedade Reintegradora para a sua concretização, em termos financeiros mas com o mesmo objetivo. As razões e as consequências da análise de todos os aspetos que a

serão o "lucro" a participação dos portugueses que se envolvem em conflitos sob o acordo Luso-Britânico. II, a participação dos senhores da frequência de Beira e de S. Francisco (Vale das Moas. Com o lema **OS SUCALDADOS ESTÃO VIVOS ENQUANTO PERDURA A SUA MEMÓRIA**). Nem que seja por um dia. Para que a nome memória coletiva não se esgote. Pois, caberia a nós vivos transmitir essa memória. Devemos ter orgulho do nome passado. Agradece-se a todos os presentes nesta exposição e promete-se mais eventos históricos. Porque as nossas aldeias, não História, e, as nossas gentes fizeram parte da guerra. Por uma razão, a história local não pode ser esquecida.



Alvega
60º aniversário
de Casamento

Artur José Santana Almada
e Melo e Maria Helena
Muniz Gouveia Almada e

Martino Cravinho Almeida e Mirla viveram no dia 20 de Dezembro de 2018 a celebração de arção de graças do 60º aniversário do seu casamento e a renovação de sim dado em 20 de Dezembro de 1958 na Igreja de Alvega. O alanoço de confraternização decorreu em sua casa, com os familiares e amigos. O jornal *Nova Aliança* dedica à família aniversariante felicidades e um bom Ano Novo.



Parábola da Vida

Em plena sala de aula, o Alexandre desmanca a sorriso, um sorriso expansivo e feliz, o que levou a professora a perguntar:

-Alexandre que felicidade é essa? Podemos saber?

O sr. professor, lá fiz o trabalho, mas lembrei-me agora de que a minha catequista entrou sobre a Sagrada Família, como não jurei em muito amigo de Nossa Senhora, o pai do Menino Jesus. Ora então, em minha casa, a minha mãe chegou muito cansada e eu me fui para o jantar, e hoje de manhã cedo preparei o pequeno almoço e arranjei-me para vir à escola. O pai é tão parecido com São João! Estou feliz com a minha mãe!

Calendário
litúrgico - pastoral
Janeiro

12. Assembleia Geral da CNIS
- Confederação Nacional das
Instituições de Solidariedade,
em Fátima, para eleição dos
Órgãos Sociais para o triénio
2019-2021.

13- Solenidade no Domingo
da Baptismo da Senhor, Ano
C. "O Senhor abençoará o Seu
povo na paz" (salmo 28)

15- Memória litúrgica de
Santo Amaro, Abade, compa-
radora de S. Bento (em M...

- *Mandato litúrgico de S. Arnaldo Jansen, Presbítero fundador da Congregação dos Missionários do Verbo Divino, com uma comunidade de três sacerdotes párocos em Nisa e todo o concelho de Nisa*

17- Memória litúrgica de Santa Arnão, Abade, "pai do monaquismo", século centésimo no ano 356.

18 a 25 de Janeiro - Oitavo dia
da viagem pela Unidade dos
ecossistemas

19- Jornada de formação para catequistas do Arcipresado de Abrantes, em Martimel.

20. Domingo II do Tempo
Correio, Ano 6

"Amazônia: no meio de todas as coisas, povos as maravilhas do Brasil" (vol. 1, p. 55).

21- Memória litúrgica de Santa Irês, Virgem e Mártir. (1994). São Paulo: IEC IV.

- Aniversário da Ordenação
Episcopal de D. Amosino
Eugênio Fernandes Dias
(2003). Museu de História e

22- Memória litúrgica de São Vicente, Diácono e Mártir

titular e padroeiro da Igreja e
Paróquia de S. Vicente
Abrantes (séc. III)

24- Memória litúrgica de São Francisco de Sales, Bispo e Doutor da Igreja, titular

padroeiro da Congregação Salesiana e do Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora com comunidade em Chapecó.

Paróquia do Arciprestado de Abrantes, às 22,30 h, na Igreja de Rosário ao Sul do Terreiro.

MUNICIPIO DE ABANATEZ / AYACAHUATO
ALTEBACAO DON ANTONIO CHETOR MUNICIPAL DE ABANATEZ
AGENCIAS DE SERVICIOS DE CONSTRUCCION PUBLICA

Foi republicada no anexo do nº 1 do Ato 1987, de 19 de agosto, assinado pelo ministro da Fazenda, Getúlio Vargas, e pelo ministro do Trabalho, João de Deus, que, de acordo, que Câmara Municipal de Abarete, referente à proposta de instalação de indústria de moinho de farinha no município de Abarete, no Estado do Rio Grande do Sul, sob o nome de "Moinho de Farinha do Rio Grande do Sul".

- [illegible]

Nas áreas rurais das cidades, o acesso às ações do Plano Diretor Municipal de Manaus e dos programas desenvolvidos estão disponíveis mediante "o uso do PIS", que a Companhia das Indústrias Saneamento e Água Municipal de Manaus (SIPAM) disponibiliza aos usuários. A Companhia de Saneamento e Água Municipal de Manaus (SIPAM) disponibiliza aos usuários o acesso às ações do Plano Diretor Municipal de Manaus e dos programas desenvolvidos mediante "o uso do PIS", que a Companhia das Indústrias Saneamento e Água Municipal de Manaus (SIPAM) disponibiliza aos usuários.

Aprovado em 15 de dezembro de 2020.

Paul Corby
 Public Transportation and Librarian Association, 1111 1st St. N.
 Indian Creek, Louisiana, 70001

abc.unter

Pl. 10/13



Foram disponibilizados nas instalações da autarquia (Praça Raimundo Soares, horário de expediente) e no respetivo *site* ([*Handwritten signature*](http://www.cm-abran) vários elementos.</p>
</div>
<div data-bbox=)



Elementos disponibilizados:

- Aviso de abertura do período de discussão pública;
- Ficha de participação;
- Ata da conferência decisória;
- Proposta de alteração e elementos complementares.

Peças escritas: Memória Descritiva; Ata da conferência decisória.

Peças desenhadas: Extrato da planta de ordenamento em vigor/proposta (1/25000); Carta de ordenamento proposta (1/25000).



6 - PARTICIPAÇÕES

Não se registaram quaisquer participações no período de discussão pública.

7 - CONCLUSÃO

Assim, e em termos de proposta de projeto final de *alteração do plano*, conclui-se que o período de discussão pública não motivou qualquer alteração à proposta.

Mantém-se assim inalterada a proposta sujeita a discussão pública (Memória descritiva, Planta de ordenamento).



(doc. ____)

Sessão ordinária – 24 de abril de 2019

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

4. - Prestação de Contas 2018 – Câmara Municipal de Abrantes e Serviços Municipalizados de Abrantes

Deliberação: Considerando o disposto na alínea l) do n.º 2, e do n.º 3 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal e nos termos desta, delibera **aprovar os documentos de Prestação de Contas do exercício 2018, que inclui os dos SMA - Serviços Municipalizados de Abrantes), integralmente elaborados nos termos do POCAL integrando as declarações do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação da Lei n.º 22/2015, de 17 de março.**

Mais delibera **aprovar a Aplicação de Resultados do exercício 2018, conforme estipulado no ponto 2.7.3.1 do POCAL.**

Votação:

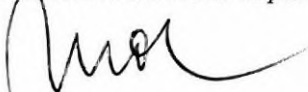
a) - Câmara Municipal de Abrantes - *Aprovado por maioria com 10 abstenções:
(4 PSD + 2 CDU + 2 BE + 1 Pj. A. Mato + 1 Pj. Rio Nôvo).*

b) - Serviços Municipalizados de Abrantes - *Aprovado por maioria com 7 abstenções:
(4 PSD + 2 BE + Pj. A. Mato).*



Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

7

(doc. ____)

Sessão ordinária – 24 de abril de 2019

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

5. - 1ª Revisão Orçamental de 2019 – Serviços Municipalizados de Abrantes

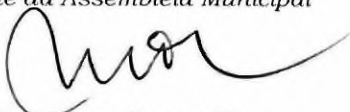
Deliberação: Considerando o disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do ponto 8.3 do POCAL, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar** a **1ª Revisão Orçamental do ano de 2019 - Serviços Municipalizados de Abrantes**.

Votação: *Aprovado por unanimidade.*

(Large handwritten mark, possibly a stylized 'Z' or '7')

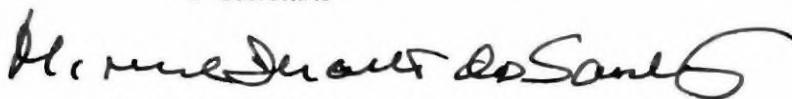
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

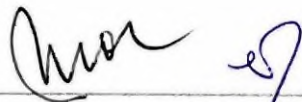
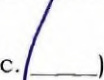


António Lucas Gomes Mor

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos


(doc. )

Sessão ordinária – 24 de abril de 2019

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

6. - Apoio à União das Freguesias de Abrantes (S. Vicente e S. João) e Alferrarede para a realização do XX Grande Prémio de Atletismo Cidade de Abrantes

Deliberação: Considerando o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar o Apoio à União das Freguesias de Abrantes (S. Vicente e S. João) e Alferrarede para a realização do XX Grande Prémio de Atletismo Cidade de Abrantes, no dia 25 de abril de 2019.**

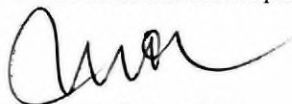
Votação:

Aprovado por unanimidade.



Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos


(doc. 19)

Sessão ordinária – 24 de abril de 2019

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

7. - Apoio Financeiro à União das Freguesias de Aldeia do Mato e Souto, no âmbito do Festival de Doçaria e Artesanato das Freguesias do norte do Concelho

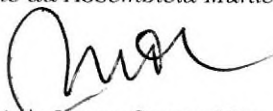
Deliberação: Considerando o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar o Apoio à União das Freguesias de Aldeia do Mato e Souto, no âmbito do Festival de Doçaria e Artesanato das Freguesias do norte do Concelho.**

Votação: *Aprovado por unanimidade.*



Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

29

(doc. ____)

Sessão ordinária – 24 de abril de 2019

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

8. - Apoio às Juntas de Freguesia no âmbito do Programa Abrantes +Branca – aquisição de cal 2019

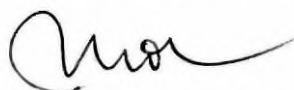
Deliberação: Considerando o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar o Apoio às Juntas de Freguesia no âmbito do Programa Abrantes +Branca – aquisição de cal 2019**, conforme documento anexo.

Votação: *Aprovado por unanimidade.*

2

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos



(doc. ____)

Sessão ordinária – 24 de abril de 2019

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

9.a) - Contratos Interadministrativos com Juntas de Freguesia no âmbito do Dispositivo Especial Contra Incêndios Rurais (DECIR) – delegação de competências

Deliberação: Considerando o disposto na alínea k) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar** a delegação de competências nas Juntas de Freguesia no âmbito do Dispositivo Especial Contra Incêndios Rurais (DECIR).

Votação: *Aprovado por unanimidade.*



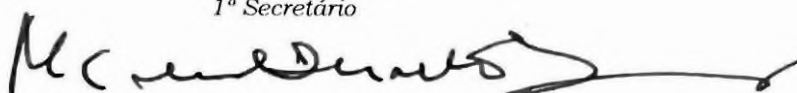
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

7

(doc. ____)

Sessão ordinária – 24 de abril de 2019

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

9.b) - Contratos Interadministrativos com União das Freguesias de Abrantes (S. Vicente e S. João) e Alferrarede para conservação, manutenção e limpeza do Jardim do Castelo e do Aquapolis Norte – delegação de competências

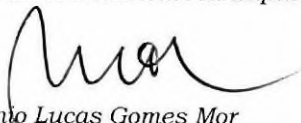
Deliberação: Considerando o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar a delegação de competências na União das Freguesias de Abrantes (S. Vicente e S. João) e Alferrarede para conservação, manutenção e limpeza do Jardim do Castelo e do Aquapolis Norte.**

Votação: *Aprovado por unanimidade.*

2

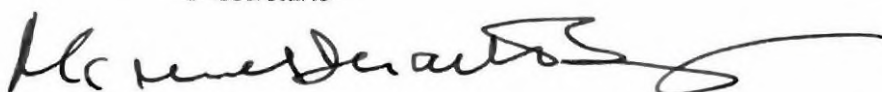
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal




António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos


(doc. ____)


Sessão ordinária – 24 de abril de 2019

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

10. - Afetação da parcela de terreno, com 4.537 m² ao domínio público municipal, para regularização, sita no Parque Industrial de Abrantes

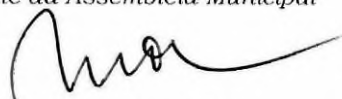
Deliberação: Considerando o disposto no artigo 25º, nº 1, alínea q) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Abrantes, delibera ***aprovar a Afetação da parcela de terreno, com 4.537 m², ao domínio público municipal, para regularização, sita no Parque Industrial de Abrantes, nos termos e condições constantes da deliberação da Câmara Municipal,*** conforme documento anexo.

Votação: *Aprovado por unanimidade.*



Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal


António Lucas Gomes Mor

1º Secretário


Manuel Duarte dos Santos

fl. 1/2

~~Tomado conhecimento.~~



~~SMPC - Nº 03 - Para conhecimento, o Presidente da Câmara,~~ remete documento da AHBVA – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Abrantes que dá conta de informação estatística relativa ao ano 2018. – PG 457056

~~Tomado conhecimento.~~



3. Divisão Administrativa

DA - Nº 01 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação da Chefe da Divisão Administrativa, datada de 21 de fevereiro de 2019, no seguimento de uma informação do serviço de Notariado, acerca da regularização de uma parcela de terreno sita no Parque Industrial de Abrantes, com 4.537 m2 afeta ao domínio público municipal, a desanexar do prédio urbano municipal, inscrito na matriz sob o artigo urbano 6896, da União de Freguesias de Abrantes (S. Vicente e S. João) e Alferrarede, e do descrito na Conservatória do Registo Predial de Abrantes sob o número 03631 da extinta freguesia de S. Vicente. – PG 439692

Deliberação: Por unanimidade, submeter à apreciação da Assembleia Municipal a afetação da parcela de terreno, com 4.537 m2 ao domínio público municipal, a desanexar do prédio urbano municipal, inscrito na matriz sob o artigo urbano 6896, da União de Freguesias de Abrantes (S. Vicente e S. João) e Alferrarede, e do descrito na Conservatória do Registo Predial de Abrantes sob o número 03631 da extinta freguesia de S. Vicente.

Certificar que estão verificadas as condições para o destaque de uma parcela de terreno com 4.166 m2, ficando essa e a parte restante com a seguinte composição:

- a). Parcela a destacar: parcela de terreno destinada a construção urbana, designada por I 92, sita na Rua José Régio, Parque Industrial de Abrantes, com a área de 4.166 m2, que confronta do norte e sul com Município de Abrantes, do nascente com Rua José Régio, do poente com Manuel Soares Traquina e outros;
- b). Parcela sobrance: parcela de terreno destinada a construção urbana, designada por I 91, sita na Rua José Régio, Parque Industrial de Abrantes, com a área de 5.685 m2, que confronta do norte com Município de Abrantes, do sul com Via Industrial 1, do nascente com Rua José Régio, do poente com Manuel Soares Traquina e outros.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

9

(doc. ____)

Sessão ordinária – 24 de abril de 2019

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

11.- Procedimento para “Aquisição de Serviço de limpeza de edifícios municipais – 2019 – autorização da assunção do compromisso plurianual


Deliberação: Considerando o disposto na alínea c) do n° 1 do artigo 6º, da Lei n° 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n° 22/2015, de 17 de março, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **autorizar** a **assunção de compromisso plurianual relativo à “Aquisição de Serviço de limpeza de edifícios municipais - 2019, conforme refere o n° 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-Lei n° 197/99 de 8 de junho, mantido em vigor pela a alínea f) do n° 1 do artigo 14º do Decreto-Lei n° 18/2008, de 29 de janeiro.**

Votação: Aprobado por unanimidade.

2

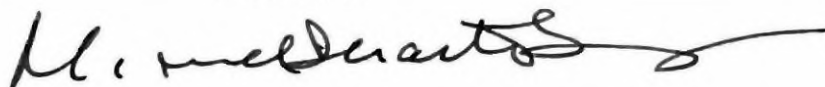
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n°s 3 e 4 artigo 57º, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos



(doc. _____)

Sessão ordinária – 24 de abril de 2019

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

12. - Procedimento para "Aquisição de serviços para circuitos especiais de transportes escolares no concelho de Abrantes, para o ano letivo de 2019/2020" - autorização da assunção do compromisso plurianual

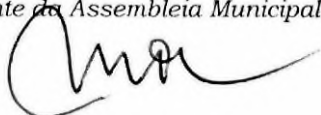
Deliberação: Considerando o disposto na alínea b) do artigo 3º e na alínea c) do nº 1 do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, **autoriza a assunção do compromisso plurianual para "Aquisição de serviços para circuitos especiais de transportes escolares no concelho de Abrantes, para o ano letivo de 2019/2020".**

Votação: *Aprovado por unanimidade.*



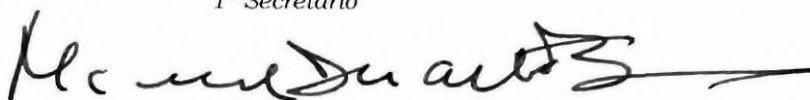
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal




António Lucas Gomes Mor

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos


(doc. ____)

Sessão ordinária – 24 de abril de 2019


PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

13. - Procedimento para “Aquisição de energia elétrica para diversas instalações municipais” – autorização da assunção do compromisso plurianual

Deliberação: Considerando o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **autorizar** a **assunção de compromisso plurianual para “Aquisição de energia elétrica para diversas instalações municipais”**, conforme refere o n.º 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, conjugado com a alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

Votação:

Aprovado por unanimidade.



Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos